Folha nº 03 de proc
nº 574 de 19 97

JUSTIFICATIVA

A associação entre violência e universo escolar é uma constante. Os tipos de violência mais referidos pelas escolas são depredações, furtos de merendas e equipamentos, agressões a usuários e funcionários, ameaças, consumo e tráfico de drogas e invasão de prédios escolares para atos infracionais (de infração).

O projeto "Pela vida, não à violência", desenvolvido na Gestão da Prefeita Luíza Erundina, identificou em 1992 que 38,3% dos casos de violência nas escolas eram dirigidos contra pessoas e 61,7% dos casos eram dirigidos contra o patrimônio das escolas.

Segundo a equipe do projeto, os jovens acusados de agressões na escola eram, via de regra, ex-alunos moradores do bairro, portanto pertencentes aos arredores e membros da comunidade.

As drogas, o alcoolismo, a gravidez indesejada na adolescência, o risco à contaminação pelo vírus HIV ou por outras doenças sexualmente transmissíveis e a ineficiência do sistema escolar se associam a estas violências, constituindo o universo da violência explícita.

Entretanto, há outra forma de violência, denominada simbólica, que é exercida pela própria escola, de maneira sutil, através de currículos inadequados ou estigmatização dos alunos considerados "fracos".

Como as crianças e adolescentes ficam mais tempo nas escolas do que com os próprios pais, a prática educativa não pode ser "surda" ou negadora desta realidade.

Discutir direitos humanos, ética e orientação sexual nos currículos escolares, propiciar retaguarda multiprofissional aos profissionais para lidar com a violência e envolver a comunidade neste processo podem ser caminhos para o enfrentamento deste problema.

O Deputado Estadual Hamilton Pereira aprovou emenda à lei de diretrizes orçamentárias do Estado de São Paulo para 1997, destinando R$ 4.500.000,00 para a implantação de programa de combate à violência na escola, a ser implantado em três escolas estaduais dos municípios paulistas que tenham mais de 200 mil habitantes.

A aprovação pela Câmara Municipal do Programa de Prevenção da Violência nas Escolas, através da criação de comissões nas escolas, com caráter multidisciplinar e com participação da comunidade, contribuirá para o enfrentamento da violência e das condições violentas de vida na cidade, tornando-a saudável e solidária.

Os aspectos sociais, psicólogos e jurídicos vinculados à violência poderiam ser trabalhados com parcerias estabelecidas entre o Poder Público Municipal e outros órgãos dos governos Estadual e Federal, Conselho Municipal da Criança e Adolescente, Conselhos Tutelares, Conselho Municipal de Educação, entidades religiosas, entidades representativas de estudantes, as universidades, a Ordem dos Advogados do Brasil - OAB e outras ONG's, que desenvolvem ações de enfrentamento à violência.